

Blom. Brasil

■ NACIONAL

Economista vê limites na receita de estabilização

Para Gianetti da Fonseca, sem poupança interna, só há dois modelos para crescer driblando a inconsistência: "juscelinismo ou ditadura"

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

A política econômica do governo atravessa uma fase curiosa: quanto mais se afrouxa a política monetária, seja através da redução dos ju-

ros ou de liberalizações de compulsórios, mais cresce o déficit da balança comercial, com riscos de comprometer o nível de 3,5% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), considerado como suportável em termos

de déficit na conta corrente do balanço de pagamentos (a conta corrente reflete o movimento da balança comercial e dos pagamentos dos serviços externos, como juros, fretes, seguros, entre outros).

Ou seja, quanto mais o governo busca criar um ambiente favorável ao crescimento econômico mais aumentam os riscos de uma restrição externa. "A propensão ao consumo no Brasil é enorme", comentou ontem para este jornal o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), que veio a Londres a convite do Shroeder Asset Management para falar hoje sobre a situação da economia brasileira.

Essa propensão ao consumo — que Eduardo, brincando, diz que é de 100% — atrapalha, na verdade, a condução da política econômica no dia-a-dia. Uma forma de contrabalançar o efeito da redução dos juros sobre o resultado da conta corrente é partir para uma política de desvalorizações cambiais, de modo a encarecer as importações. Isso, na prática, representaria abandonar a âncora que tem sustentado a estabilização monetária.

"A grande pergunta que se coloca agora é se a lógica da estabilização é compatível com a retomada do



Eduardo Gianetti da Fonseca

crescimento econômico", atesta Giannetti da Fonseca, acreditando que a resposta seja negativa. "A estabilização, tal como vem sendo implementada, não permite um processo de retomada de crescimento devido à restrição externa", comentou.

O preço de manter a inflação em

baixa é ter um crescimento modesto, que ele aponta na faixa dos 3% a 4% ao ano, a menos que se consiga avançar na formação de uma poupança interna que sustente o crescimento na faixa de 7% a 8% ao ano.

Fora o caminho na formação da poupança interna, que passa pelo ajuste fiscal, existem apenas dois modelos para "driblar a inconsistência, do juscelinismo e da ditadura". Esses dois modelos, lembra ele, foram usados pelo Brasil no passado, quando o País conseguiu crescer a taxas mais altas.

"O modelo do Juscelino foi um modelo sorrateiro, em que se usou a inflação para financiar o desenvolvimento e isso só foi percebido depois de ter chegado a conta", disse, acrescentando que o outro modelo usado no passado foi o do autoritarismo, no qual "o uso da força fez com que a sociedade poupasse, com os interventores nos Estados fazem-

do o ajuste fiscal e as negociações salariais sendo reprimidas".

Em uma realidade na qual a democracia predomina e que Giannetti considera esgotada a "fase da mágica da inflação", fica a ser enfrentado o desafio de se encontrar mecanismos voluntários para fazer a população poupar. Em paralelo, torna-se também fundamental fazer a reforma do mercado de trabalho, com a introdução de uma nova legislação trabalhista que flexibilize a relação contratual e funcione para reduzir os custos de se ter alguém empregado no Brasil.

Giannetti observa que o Brasil tem duas realidades convivendo lado a lado: um mercado informal, que tem crescido a taxas significativas, e um mercado formal de trabalho, no qual a taxa de emprego tem caído. Isso cria a médio prazo um enorme potencial para problemas sociais mais graves ainda do que os atuais.